REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

A PRÁTICA CLÍNICA DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS EM CONTEXTO DE SEPARAÇÃO PARENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CUIDADO EMOCIONAL

THE CLINICAL PRACTICE OF PSYCHOLOGISTS IN THE CARE OF CHILDREN IN THE CONTEXT OF PARENTAL SEPARATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN EMOTIONAL CARE

Ciências da Saúde • 12/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/794275464

Sofia Rocha Brito[1]

Luan Nascimento da Silva[2]

Ítalo Bruno Lima Nonato[3]

RESUMO

A separação parental constitui um processo de reorganização familiar que pode repercutir nas relações de cuidado e na experiência emocional da criança, demandando da Psicologia Clínica uma compreensão contextualizada das necessidades apresentadas. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios da prática clínica do psicólogo e as possibilidades de intervenção destinadas ao cuidado emocional de crianças em contexto de separação parental. Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo-interpretativo, com levantamento nas bases PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science, abrangendo publicações entre 2021 e 2026. O conjunto principal reuniu 12 estudos, analisados a partir de três eixos: experiência da criança e construção da demanda clínica; conflito interparental e coparentalidade; e possibilidades e limites do cuidado psicológico. A análise evidenciou a importância de distinguir a queixa dos responsáveis da experiência infantil, considerar as relações familiares que atravessam o atendimento e avaliar as intervenções conforme seus objetivos, populações e evidências disponíveis. Conclui-se que a separação parental, isoladamente, não determina uma necessidade terapêutica uniforme, sendo o cuidado psicológico orientado pela escuta da criança, por suas necessidades, pelo contexto relacional e pela apreciação crítica das possibilidades de intervenção.

Palavras-chave: Separação parental; Criança; Psicologia clínica; Cuidado emocional; Intervenção psicológica.

ABSTRACT

Parental separation constitutes a process of family reorganization that may affect caregiving relationships and children’s emotional experiences, requiring Clinical Psychology to develop a contextualized understanding of their needs. This study aimed to

analyze the challenges of psychologists' clinical practice and the intervention possibilities for the emotional care of children in the context of parental separation. A descriptive-interpretive narrative literature review was conducted using PubMed, SciELO, Scopus, and Web of Science, covering publications from 2021 to 2026. The main corpus comprised 12 studies, analyzed according to three thematic axes: children's experiences and the construction of clinical demand; interparental conflict and coparenting; and possibilities and limitations of psychological care. The analysis highlighted the importance of distinguishing caregivers' complaints from children's experiences, considering the family relationships that influence clinical care, and evaluating interventions according to their objectives, populations, and available evidence. It is concluded that parental separation alone does not determine a uniform need for therapy and that psychological care should be guided by listening to the child, their needs, the relational context, and a critical appraisal of available intervention possibilities.
Keywords: Parental separation; Children; Clinical psychology; Emotional care; Psychological intervention.

1. INTRODUÇÃO

A separação parental constitui um processo de reorganização familiar que pode modificar rotinas, formas de convivência e responsabilidades de cuidado. Na infância, essas mudanças são vivenciadas em um período no qual as relações com os responsáveis participam do desenvolvimento emocional e da construção de referências de proteção e segurança. Os vínculos com as figuras de cuidado e as condições ambientais de sustentação oferecem, assim, elementos para compreender a experiência da criança diante das transformações familiares (Bowlby, 1982; Winnicott, 1965).

As repercussões da separação não se apresentam de maneira uniforme e precisam ser compreendidas em relação às condições que acompanham esse processo. A qualidade das relações de cuidado, a continuidade dos vínculos e a exposição aos conflitos entre os responsáveis constituem dimensões relevantes para essa compreensão. Desse modo, a experiência infantil não pode ser explicada exclusivamente pela ocorrência da dissolução conjugal, mas deve ser situada nas relações e nas mudanças que compõem a reorganização familiar (Davies; Woitach, 2008; Morbech et al., 2024; Tveit; Røysamb; Gustavson, 2025).

No campo da Psicologia Clínica, o atendimento de crianças nesse contexto envolve desafios relacionados à compreensão da demanda e às diferentes perspectivas sobre as dificuldades apresentadas. As informações dos responsáveis e os relatos dos filhos oferecem aproximações distintas com a situação vivenciada, tornando necessário considerar quem apresenta a demanda e como a própria criança expressa suas experiências. Essa distinção contribui para investigar as necessidades de cuidado sem presumir que a queixa dos adultos represente integralmente a experiência infantil (Ridout et al., 2023; Richter et al., 2026).

O acompanhamento psicológico também se desenvolve em meio às relações familiares que permanecem após a separação. Dificuldades de comunicação, conflitos entre os responsáveis e diferentes formas de exercício das funções parentais podem atravessar tanto a experiência da criança quanto as condições em que o atendimento ocorre. Nesse contexto, a participação dos responsáveis e a delimitação do papel do psicólogo constituem aspectos relevantes para a compreensão da prática clínica, mantendo as necessidades

infantis como referência do cuidado (Weber; Machado; Pereira, 2021; Misurell; Schwartz, 2024).

A literatura reúne diferentes possibilidades de apoio psicológico aos filhos e às famílias em contexto de separação parental. Entretanto, essas contribuições apresentam objetivos, populações, contextos e níveis de evidência distintos, o que requer cautela em sua aproximação com a prática clínica infantil. Examinar essas possibilidades implica considerar tanto sua pertinência às necessidades apresentadas quanto os limites das evidências que sustentam sua utilização (Herrero et al., 2023; Hald; Johnsen; Øverup, 2026; Schmidt et al., 2026).

Diante desse cenário, a relevância acadêmica do estudo reside na articulação entre conhecimentos sobre a experiência infantil, os processos familiares e as possibilidades de cuidado psicológico. A revisão busca contribuir para uma compreensão clínica contextualizada, considerando as diferenças entre as fontes e os limites de aplicação de seus achados à infância. No plano profissional, essa reflexão pode subsidiar a análise das demandas e das possibilidades de atendimento, sem estabelecer uma modalidade de intervenção como resposta única às situações de separação parental.

A revisão narrativa mostra-se pertinente a esse propósito por permitir a interpretação crítica de pesquisas empíricas, referenciais teóricos e discussões clínicas, preservando a diversidade das contribuições selecionadas (Sukhera, 2022). O estudo adota os referenciais de apego, ambiente e segurança emocional como perspectivas para examinar as relações entre os vínculos de cuidado, as condições familiares e a experiência infantil.

Estabelece-se, assim, a seguinte questão de pesquisa: quais são os desafios da prática clínica do psicólogo e as possibilidades de intervenção voltadas ao cuidado emocional de crianças em contexto de separação parental? O objetivo é analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo-interpretativo, os desafios da prática clínica do psicólogo e as possibilidades de intervenção destinadas ao cuidado emocional de crianças em contexto de separação parental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Separação Parental e Repercussões Emocionais na Infância

A separação parental constitui um processo de reorganização familiar que pode envolver mudanças nas rotinas, nos arranjos de residência e na convivência entre os responsáveis e os filhos. A compreensão de suas repercussões emocionais exige considerar tanto essas transformações quanto as condições relacionais nas quais ocorrem. A continuidade dos cuidados, a disponibilidade dos responsáveis e a exposição ao conflito interparental são dimensões relevantes para compreender a experiência infantil, evitando tomar a dissolução conjugal, isoladamente, como explicação suficiente para o sofrimento da criança (Weber; Machado; Pereira, 2021; Morbech et al., 2024).

A teoria do apego oferece elementos para examinar a importância dos vínculos com as figuras de cuidado diante das mudanças familiares. Para Bowlby (1982), o comportamento de apego envolve a busca e a manutenção de proximidade com uma figura de referência, particularmente em situações percebidas como ameaçadoras. A disponibilidade dessa figura participa da

experiência de segurança e oferece uma base a partir da qual a criança pode explorar o ambiente e buscar proteção quando necessário. Em contexto de separação parental, esse referencial permite dirigir a atenção à continuidade e à qualidade das relações de cuidado, distinguindo o término da relação conjugal da manutenção dos vínculos entre a criança e seus responsáveis.

A contribuição de Winnicott (1965), por sua vez, destaca o papel do ambiente na sustentação do desenvolvimento emocional. O conceito de *holding* refere-se originalmente à sustentação física e ambiental oferecida ao bebê, articulada à adaptação dos cuidados às suas necessidades nos estágios iniciais do desenvolvimento. Neste estudo, esse conceito é mobilizado como referência para refletir sobre a qualidade do ambiente de cuidado durante a reorganização familiar, preservando seu contexto teórico de origem. Essa leitura orienta a consideração da continuidade dos cuidados e da atenção às necessidades infantis, sem estabelecer uma configuração conjugal específica como condição para o desenvolvimento emocional saudável.

Além dos vínculos com cada cuidador, a criança vivencia as relações estabelecidas entre os responsáveis. A teoria da segurança emocional contribui para compreender essa dimensão ao examinar como os conflitos interparentais podem afetar a percepção de proteção e estabilidade no sistema familiar. Interações destrutivas podem mobilizar sofrimento, vigilância, afastamento ou tentativas de envolvimento nas disputas, compreendidos como respostas relacionadas à preservação da segurança emocional. Essa perspectiva se distingue da segurança vinculada à relação de apego com uma figura particular, embora ambas as dimensões possam se relacionar na experiência da criança (Davies; Woitach, 2008).

Dessa forma, a reorganização familiar precisa ser compreendida para além da configuração de moradia. Os arranjos de residência situam parte das condições de convivência, mas não expressam, por si sós, a qualidade dos vínculos, da comunicação ou do cuidado. A consideração do conflito interparental e das relações cotidianas permite examinar diferenças entre experiências infantis que ocorrem em arranjos aparentemente semelhantes. Essa distinção é relevante para evitar interpretações que atribuam proteção ou sofrimento exclusivamente à forma de organização residencial após a separação (Morbech et al., 2024).

A perspectiva dos filhos também integra a compreensão desse processo. Considerar seus pontos de vista e desejos permite reconhecer que a reorganização familiar é vivenciada de maneira própria pela criança, e não apenas descrita pelos adultos. Essa participação deve ser distinguida da atribuição de responsabilidade pelas decisões ou pela resolução dos conflitos parentais. No plano conceitual, reconhecer a criança como participante das relações familiares implica acolher sua experiência sem colocá-la na posição de escolher entre os responsáveis ou de reparar as dificuldades existentes entre eles (Tveit; Røysamb; Gustavson, 2025; Lie Ken Jie; Yramategui; Huang, 2025).

As repercussões emocionais da separação, portanto, não constituem uma resposta uniforme. Sentimentos ambivalentes, preocupações com os vínculos e dificuldades diante das mudanças precisam ser compreendidos em relação ao desenvolvimento da criança, à sua história e às condições familiares. A presença dessas experiências não autoriza, por si só, sua classificação como psicopatologia. A literatura sobre as necessidades de apoio dos filhos e sobre o cuidado clínico ressalta a diversidade das vivências e a importância

de abordagens sensíveis à idade e ao contexto relacional (Ridout et al., 2023; Schmidt et al., 2026).

A articulação entre os referenciais de apego, sustentação ambiental e segurança emocional permite compreender a experiência da criança considerando a disponibilidade das figuras de cuidado, as condições ambientais que sustentam seu desenvolvimento e a percepção de segurança nas relações interparentais (Bowlby, 1982; Winnicott, 1965; Davies; Woitach, 2008). Preservadas suas especificidades teóricas, essas perspectivas contribuem para examinar as necessidades infantis diante da reorganização familiar decorrente da separação parental. Essa compreensão oferece subsídios à discussão da prática clínica, na qual a construção da demanda e a escuta da criança exigem atenção tanto às informações dos responsáveis quanto às formas de expressão infantil (Richter et al., 2026; Schmidt et al., 2026). A seção seguinte aborda os desafios e as possibilidades desse cuidado psicológico, considerando a participação dos responsáveis e as relações familiares que atravessam o atendimento.

2.2. A Criança na Clínica Psicológica: Desafios e Possibilidades de Cuidado em Contexto de Separação Parental

O atendimento psicológico de crianças em contexto de separação parental envolve a compreensão das experiências emocionais infantis, das relações familiares e das circunstâncias que motivaram a procura por ajuda. Neste estudo, a expressão *cuidado emocional* designa ações de escuta, acolhimento e intervenção psicológica dirigidas à compreensão e à elaboração dessas experiências, considerando o desenvolvimento da criança e suas relações de cuidado. Esse entendimento abrange tanto o atendimento infantil

quanto a participação dos responsáveis no processo de acompanhamento, conforme as necessidades identificadas e os objetivos estabelecidos para o cuidado (Schmidt et al., 2026; Misurell; Schwartz, 2024).

A construção da demanda clínica requer distinguir a queixa apresentada pelos adultos da experiência da criança. Os responsáveis constituem fontes relevantes de informação sobre o cotidiano, as mudanças familiares e as dificuldades percebidas, mas seus relatos correspondem a uma perspectiva particular sobre a situação. A compreensão do motivo da procura por atendimento implica, portanto, considerar as expectativas familiares e criar condições para que a criança também possa expressar suas vivências. Essa distinção torna-se especialmente relevante quando o encaminhamento ocorre em meio a conflitos familiares, nos quais diferentes interpretações sobre o comportamento infantil podem atravessar a demanda dirigida ao psicólogo (Richter et al., 2026; Misurell; Schwartz, 2024).

A escuta infantil demanda atenção às formas de comunicação compatíveis com o desenvolvimento e com as possibilidades de cada criança. A expressão verbal pode ser acompanhada por brincadeiras, recursos simbólicos e narrativas, favorecendo a aproximação com os sentidos atribuídos às experiências familiares. Esses recursos podem integrar o processo de compreensão e intervenção clínica, desde que utilizados de acordo com os objetivos do acompanhamento e com o referencial adotado, sem pressupor que uma mesma estratégia seja apropriada a todas as crianças ou situações (Schmidt et al., 2026).

No contexto da separação parental, essa escuta pode incluir sentimentos ambivalentes, preocupações relacionadas aos vínculos e dificuldades decorrentes das mudanças na convivência. Os conflitos de lealdade assumem particular relevância quando a criança se percebe pressionada a tomar posição nas disputas familiares ou vivencia a proximidade com um dos responsáveis como incompatível com o vínculo mantido com o outro. A compreensão clínica dessas experiências requer acolher os sentidos construídos pela criança sem lhe atribuir responsabilidade pela resolução dos conflitos entre os adultos (Lie Ken Jie; Yramategui; Huang, 2025).

As relações coparentais também integram o contexto no qual o cuidado psicológico se desenvolve. A coparentalidade refere-se à maneira pela qual os responsáveis compartilham e coordenam suas funções parentais, que permanecem mesmo após o encerramento da relação conjugal. Cooperação, divergências e dificuldades de comunicação podem participar desse processo, de modo que a organização jurídica da guarda, isoladamente, não permite compreender como as responsabilidades de cuidado são exercidas no cotidiano. Para a prática clínica, interessa considerar de que maneira essas relações atravessam as experiências da criança e as condições de seu acompanhamento (Weber; Machado; Pereira, 2021).

Em situações de conflito interparental persistente, as próprias condições do atendimento podem ser afetadas pelas disputas familiares. Expectativas dirigidas ao profissional, interpretações divergentes sobre as dificuldades da criança e tentativas de envolvê-lo nos conflitos tornam necessária a delimitação do papel do psicólogo, dos objetivos do acompanhamento e dos limites de sua

atuação. Preservar o foco nas necessidades infantis implica, nesse sentido, considerar tanto a participação dos responsáveis quanto as condições relacionais em que o cuidado ocorre (Misurell; Schwartz, 2024).

O trabalho com os responsáveis pode integrar o acompanhamento psicológico por meio de orientação, psicoeducação e intervenções relacionadas às funções parentais e às relações familiares. Essas ações não substituem a consideração da experiência da criança, mas podem contribuir para a compreensão das condições de cuidado e das dificuldades presentes no contexto familiar. Sua pertinência deve ser definida de acordo com a demanda e com os objetivos do acompanhamento, reconhecendo que intervenções dirigidas aos adultos e intervenções voltadas diretamente aos filhos possuem objetos e alcances distintos (Ordóñez-Carabaño et al., 2026; Güngör; Şanal Güngör, 2026).

A prática clínica com crianças em contexto de separação parental articula, portanto, a construção da demanda, a escuta infantil e a compreensão das relações familiares que participam de sua experiência. O planejamento do cuidado requer considerar o desenvolvimento, as necessidades apresentadas e as condições relacionais, evitando reduzir a avaliação à ocorrência da separação ou à perspectiva de um único informante. Essa compreensão oferece a base clínica para examinar, na literatura selecionada, os desafios encontrados no atendimento e as diferentes possibilidades de intervenção, preservando a singularidade da experiência infantil (Misurell; Schwartz, 2024; Schmidt et al., 2026).

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo-interpretativo, desenvolvida com o objetivo de analisar os desafios da prática clínica do psicólogo e as possibilidades de intervenção destinadas ao cuidado emocional de crianças em contexto de separação parental. Esse delineamento permite articular referenciais teóricos, pesquisas empíricas e discussões clínicas na compreensão de um tema, reconhecendo a participação dos autores na seleção e na interpretação das fontes (Sukhera, 2022). A investigação foi orientada pela compreensão das relações entre as experiências infantis, os processos familiares e o cuidado psicológico, sem pretensão de esgotar a produção disponível. A elaboração do manuscrito tomou como referência os itens da *Scale for the Assessment of Narrative Review Articles* (SANRA), especialmente quanto à explicitação do objetivo, à descrição da busca, à fundamentação das afirmações e ao raciocínio científico. O instrumento foi utilizado como orientação para a qualidade da exposição, sem atribuição de pontuações às publicações selecionadas (Baethge; Goldbeck-Wood; Mertens, 2019).

O levantamento bibliográfico foi realizado entre 23 de agosto e 27 de setembro de 2026, nas bases PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science. Foram consideradas publicações em português, inglês e espanhol, compreendidas entre 2021 e a data de encerramento das buscas em 2026. Esse recorte delimitou a literatura recente examinada, enquanto obras anteriores foram utilizadas na fundamentação dos conceitos de apego, ambiente e segurança emocional, além do apoio metodológico à revisão. As buscas combinaram termos relativos à separação parental, à infância, às repercussões emocionais e à atuação psicológica, incluindo “separação parental”, “divórcio”, “criança”, “psicologia”, “parental separation”, “parental divorce”, “child”, “children”, “childhood”,

“psychological adjustment”, “mental health”, “emotional problems”, “psychotherapy”, “clinical psychology”, “psychological intervention” e “counseling”. Foram empregados os operadores AND e OR e, em algumas combinações, truncamentos, conforme as características de cada plataforma.

No PubMed, foram realizadas duas buscas complementares, uma voltada às repercussões emocionais e ao ajustamento psicológico dos filhos e outra às dimensões clínicas do atendimento, com termos relacionados à psicoterapia, ao aconselhamento, à avaliação psicológica e aos serviços de saúde mental. Foram utilizados termos livres e os descritores MeSH “Child” e “Divorce”, com filtros temporais e de tipos de publicação que contemplaram estudos clínicos, comparativos e observacionais, metanálises e revisões. A primeira busca incluiu o filtro de disponibilidade de texto completo, e a segunda também contemplou relatos de caso. Na SciELO, a busca foi delimitada à coleção Brasil, mediante combinações de termos em português sobre separação parental, infância e psicologia. Na Web of Science, foram relacionados termos sobre infância, separação parental, manifestações emocionais e comportamentais e intervenções psicológicas, com refinamento para artigos nas categorias Psicologia Clínica, Estudos de Família, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Aplicada. Na Scopus, foram combinados termos sobre separação, divórcio, infância, adolescência e intervenções psicológicas, com filtros para artigos e revisões nas áreas de Psicologia, Ciências Sociais e Medicina e refinamentos por palavras-chave pertinentes ao objeto.

A seleção foi orientada pela relação das publicações com o objetivo da revisão. A leitura inicial de títulos e resumos foi seguida da leitura integral dos textos considerados pertinentes, contemplando

pesquisas empíricas, revisões de literatura e discussões clínicas. O conjunto principal reuniu 12 publicações que contribuíram para compreender as experiências dos filhos, as demandas por atendimento, os conflitos interparentais, a coparentalidade e as possibilidades de cuidado psicológico. Não foram priorizados trabalhos centrados em fenômenos afastados da questão investigada ou em intervenções gerais sem contribuição suficientemente específica para o tema. Outros textos relacionados ao objeto foram reservados para consulta complementar e contextualização. As fontes teóricas, metodológicas e complementares não foram contabilizadas entre as 12 publicações principais.

Embora o foco tenha permanecido no cuidado psicológico de crianças, foram considerados estudos com responsáveis quando abordavam processos familiares ou intervenções relevantes para esse cuidado. Publicações com adolescentes, jovens adultos ou amostras etárias mistas também foram utilizadas por suas contribuições à compreensão das experiências dos filhos e das relações familiares. Seus resultados foram interpretados conforme as populações efetivamente investigadas, preservando os limites de aplicação à infância, especialmente quando os achados não estavam discriminados por idade. A seleção considerou, assim, a contribuição de cada trabalho em relação ao seu objeto, à população e ao contexto de produção.

A leitura crítica examinou os objetivos, os referenciais teóricos, os delineamentos, os participantes ou materiais analisados, os resultados e as limitações das publicações. Foram diferenciadas as pesquisas sobre as experiências dos filhos, as investigações baseadas em informações dos responsáveis, as avaliações de intervenções e as

discussões clínicas. Essa apreciação orientou a distinção entre associações observacionais, resultados de intervenções e proposições teóricas, considerando os desfechos efetivamente investigados. Resultados relativos aos adultos não foram tomados como demonstração direta de benefícios para os filhos, assim como relatos sobre motivos de procura por atendimento não foram equiparados a diagnósticos clínicos confirmados. Também foram consideradas possíveis sobreposições de participantes entre publicações provenientes de um mesmo projeto e inconsistências nas informações das fontes.

A síntese narrativa foi construída pela articulação de convergências, divergências e contribuições complementares entre as publicações. A leitura, em diálogo com a questão norteadora, permitiu organizar a discussão em três eixos temáticos que abordam a experiência da criança e a construção da demanda clínica, o conflito interparental e a coparentalidade como desafios para a prática clínica e as possibilidades e os limites do cuidado psicológico. Esses eixos orientaram a exposição dos achados, permitindo que uma mesma publicação contribuísse para diferentes dimensões da análise. A interpretação dialogou com os referenciais de apego, sustentação ambiental e segurança emocional, preservando suas especificidades conceituais e considerando suas contribuições para compreender os vínculos de cuidado e as relações familiares (Bowlby, 1982; Winnicott, 1965; Davies; Woitach, 2008).

O alcance da revisão foi delimitado pelo caráter interpretativo e não exaustivo da seleção, pelas bases consultadas, pelos idiomas, pelo período e pelos filtros empregados, particularmente a restrição à coleção Brasil na SciELO e à disponibilidade de texto completo na primeira busca do PubMed. A diversidade de populações, contextos

e delineamentos também foi considerada na formulação das conclusões, que permaneceram circunscritas à literatura examinada. O estudo utilizou fontes bibliográficas, sem recrutamento de participantes ou coleta direta de dados pessoais. A apresentação do material preservou a identificação das referências, o reconhecimento da autoria e a distinção entre os resultados das publicações e as interpretações desenvolvidas nesta revisão.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. A Experiência da Criança e a Construção da Demanda Clínica

A leitura articulada dos estudos permite compreender que a demanda por atendimento psicológico em contexto de separação parental envolve as dificuldades identificadas pelos responsáveis, as experiências relatadas pelos filhos e as necessidades reconhecidas no encontro clínico. Essas perspectivas nem sempre coincidem. Richter et al. (2026) contribuem para examinar os motivos apresentados pelos adultos na procura por atendimento, enquanto Ridout et al. (2023) e Tveit, Røysamb e Gustavson (2025) aproximam a discussão dos pontos de vista dos filhos. A comparação dessas contribuições indica que compreender a demanda exige considerar quem apresenta a informação, em qual contexto ela é produzida e quais aspectos da experiência infantil permanecem pouco acessíveis quando se considera apenas um informante.

Na análise retrospectiva de 3.115 registros de uma clínica psicoterapêutica infantojuvenil em Viena, Richter et al. (2026) identificaram associações entre separação parental e maior probabilidade de os responsáveis relatarem dificuldades de comportamento social no contexto familiar, delinquência e questões

relacionadas a trauma ou luto como motivos de consulta. Esses resultados ajudam a compreender como determinadas preocupações chegam ao serviço, mas não representam diagnósticos confirmados nem demonstram que a separação tenha causado as dificuldades. Além disso, o conjunto investigado não era composto exclusivamente por filhos de pais separados. Sua contribuição para esta revisão está, portanto, na caracterização da demanda apresentada pelos responsáveis, sem definir um perfil psicológico da criança que vivencia a separação.

Essa distinção tem consequências para a interpretação clínica. Uma queixa sobre comportamento pode expressar uma dificuldade observada no cotidiano, mas não esclarece, isoladamente, os sentidos que a criança atribui às mudanças familiares. A partir de Richter et al. (2026), compreende-se que a informação fornecida pelos adultos constitui um ponto de partida para a investigação e precisa ser aprofundada durante o atendimento. Isso preserva a importância dos responsáveis como informantes, ao mesmo tempo que reconhece que suas percepções e as experiências dos filhos correspondem a posições diferentes nas relações familiares.

A perspectiva dos filhos ganha destaque no levantamento de Ridout et al. (2023), realizado com 616 participantes australianos de 10 a 24 anos. Os relatos incluíram conflitos, dificuldades de comunicação, participação insuficiente nas decisões e sentimentos de confusão, frustração, perda e tristeza. Também foi relatada a necessidade de conversar sobre as razões da separação, os próprios sentimentos e as mudanças na vida familiar. Esses elementos ampliam o entendimento da demanda para além das manifestações comportamentais identificadas pelos adultos, evidenciando

experiências que podem não aparecer inicialmente como uma queixa clínica explícita.

A interpretação desse levantamento, contudo, requer considerar as características da amostra. A participação foi voluntária, com recrutamento por canais de apoio e redes sociais, e incluiu adolescentes e jovens adultos, com média de idade de 14,5 anos. Seus resultados não permitem caracterizar de maneira uniforme as necessidades das crianças, especialmente das mais novas. Ainda assim, a diversidade de experiências e preferências de apoio relatadas sustenta a importância de investigar o que cada filho considera difícil e sobre o que deseja falar, em vez de pressupor uma demanda comum a todas as famílias separadas. As preferências por aconselhamento presencial ou on-line identificadas no estudo expressam modalidades desejadas de suporte, sem constituírem evidência de sua eficácia terapêutica (Ridout et al., 2023).

A participação dos filhos na reorganização familiar também foi examinada por Tveit, Røysamb e Gustavson (2025). No estudo longitudinal, cuja amostra analítica compreendeu 317 participantes de 7 a 15 anos na avaliação inicial, aqueles que relataram ter sido consultados pelos pais apresentaram, posteriormente, menos sintomas depressivos, maior qualidade de vida e relações de apego mais seguras com os responsáveis, considerando os indicadores iniciais nas análises. O acompanhamento temporal acrescenta elementos à discussão, mas o delineamento observacional e as perdas de seguimento limitam as conclusões. Os achados indicam associações favoráveis com a consulta aos filhos, sem demonstrar que essa participação, isoladamente, produziu os resultados.

Para esta revisão, é necessário distinguir a consulta realizada pelos pais da escuta desenvolvida em psicoterapia. O estudo de Tveit, Røysamb e Gustavson (2025) não avaliou uma intervenção clínica e, portanto, não comprova a eficácia da escuta terapêutica. Sua contribuição está em reforçar a relevância da perspectiva dos filhos nos processos familiares. Em diálogo com Bowlby (1982), esses resultados permitem refletir sobre a importância de relações nas quais a criança encontre disponibilidade para comunicar suas necessidades. Essa aproximação constitui uma interpretação teórica dos achados, sem estabelecer equivalência entre ser consultado e o conjunto dos processos envolvidos na segurança do apego.

As dificuldades de expressão da experiência infantil também podem envolver sentimentos contraditórios e conflitos de lealdade. Lie Ken Jie, Yramategui e Huang (2025) discutem essas tensões em uma revisão rápida sobre divórcio, dissonância cognitiva e narrativas. Embora o trabalho declare foco em crianças de 3 a 12 anos, seu conjunto inclui publicações com adolescentes e jovens adultos, o que exige cautela na atribuição dos resultados à infância. Considerada essa limitação, a revisão contribui para reconhecer que manifestações ambivalentes podem expressar tentativas de dar sentido a relações importantes e conflitantes. A criança pode, assim, relatar suas experiências de maneira não linear e apresentar posições que variam diante dos responsáveis.

Em diálogo com a teoria da segurança emocional, essa ambivalência pode ser examinada à luz das condições relacionais nas quais a criança procura preservar proteção e estabilidade, sem interpretar automaticamente suas respostas como oposição ou preferência definitiva por um dos pais (Davies; Woitach, 2008). A contribuição de Winnicott (1965) acrescenta a essa compreensão as condições de

sustentação oferecidas pelo ambiente. Nesta revisão, esses referenciais ajudam a compreender por que a expressão infantil precisa ser considerada em seu contexto, embora não autorizem deduzir o significado de um comportamento sem investigar a situação particular.

A articulação dos estudos sugere, assim, que a construção da demanda clínica envolve reconhecer a queixa dos responsáveis, investigar a perspectiva dos filhos e distinguir sofrimento, mudanças nas relações e necessidades de apoio. As fontes examinadas não sustentam a existência de uma experiência infantil única da separação, tampouco permitem atribuir a ela todas as dificuldades apresentadas no atendimento. A compreensão da demanda se amplia à medida que diferentes perspectivas são consideradas, mantendo a criança como sujeito do cuidado. Esse entendimento permite avançar para a discussão dos conflitos interparentais e da coparentalidade, que podem atravessar tanto as experiências infantis quanto as condições do acompanhamento psicológico.

4.2. Conflito Interparental e Coparentalidade: Desafios para a Prática Clínica

A análise das relações familiares após a separação evidencia a importância de distinguir a organização da convivência das condições em que as responsabilidades parentais são exercidas. Weber, Machado e Pereira (2021) abordam essa questão a partir das experiências de coparentalidade na guarda compartilhada, enquanto Morbech et al. (2024) examinam as relações entre arranjos de residência, conflito interparental e sintomas emocionais dos filhos. Embora investiguem populações e contextos diferentes, os trabalhos apontam para um desafio comum à prática clínica. Trata-

se de compreender como a comunicação, a cooperação e as disputas entre os responsáveis participam do cotidiano infantil, sem deduzir a qualidade do cuidado apenas da configuração familiar.

No estudo qualitativo de Weber, Machado e Pereira (2021), realizado com três duplas parentais, os conflitos conjugais apareceram como elementos que podiam persistir após a separação e atravessar o exercício da coparentalidade. Os relatos indicaram dificuldades para diferenciar questões da relação encerrada das responsabilidades relativas aos filhos. Por se tratar de um conjunto reduzido de participantes, fundamentado nas perspectivas dos adultos, o estudo não permite generalizar essas experiências para todas as famílias em guarda compartilhada. Sua contribuição está em mostrar como as tensões entre os ex-parceiros podem interferir na comunicação e na coordenação dos cuidados cotidianos.

Esses achados permitem interpretar que a manutenção das responsabilidades parentais não implica, necessariamente, a existência de condições relacionais favoráveis ao seu exercício conjunto. Para a clínica, essa distinção direciona a atenção ao funcionamento do arranjo familiar, considerando como as decisões são negociadas, de que maneira as divergências são comunicadas e qual lugar os filhos ocupam nessas interações. Essa leitura decorre da articulação proposta nesta revisão e não corresponde a uma avaliação de intervenção realizada por Weber, Machado e Pereira (2021).

Morbech et al. (2024) acrescentam a perspectiva dos filhos a essa discussão. Em estudo transversal com 454 participantes, de 6,5 a 16 anos, provenientes de 338 famílias norueguesas, os autores examinaram sintomas de ansiedade e depressão em quatro arranjos

de residência. De modo geral, os níveis de sintomas foram semelhantes entre os grupos, embora participantes em residência compartilhada assimétrica tenham relatado menos sintomas depressivos do que aqueles em residência predominantemente com um responsável e convivência limitada com o outro. Níveis mais elevados de conflito interparental estiveram associados a mais sintomas de ansiedade, particularmente na residência compartilhada com divisão igualitária do tempo.

A comparação com Weber, Machado e Pereira (2021) exige considerar as diferenças entre os objetos investigados. O estudo brasileiro aborda a experiência da coparentalidade em situações de guarda compartilhada, enquanto o norueguês diferencia arranjos conforme o tempo de residência com cada responsável. Não se trata, portanto, de categorias equivalentes. Ainda assim, ambos contribuem para questionar interpretações que tomem a organização formal da convivência como indicador suficiente da qualidade das relações familiares. O estudo de Morbech et al. (2024), por seu caráter transversal, também não permite concluir que determinado arranjo residencial tenha causado os sintomas ou estabelecer uma configuração universalmente mais favorável.

Em diálogo com Davies e Woitach (2008), esses resultados podem ser compreendidos considerando a segurança emocional no sistema interparental. Além da presença dos responsáveis e da distribuição do tempo de convivência, a experiência de proteção envolve a maneira como a criança vivencia as interações entre eles. Essa perspectiva oferece uma interpretação possível para a relevância do conflito observada nos estudos, sem pressupor que todos os desacordos tenham o mesmo significado. A análise requer, assim, atenção às características das interações e ao envolvimento dos

filhos, evitando reduzir a avaliação à existência ou à ausência de divergências.

No atendimento de famílias em conflito persistente, essas dinâmicas podem alcançar a própria relação com os profissionais. Misurell e Schwartz (2024) discutem a triangulação dos filhos e dos agentes envolvidos no acompanhamento familiar, incluindo terapeutas. Nesse contexto, a procura por atendimento pode vir acompanhada de expectativas de validação da posição de um responsável ou de responsabilização do outro pelas dificuldades da criança. Como o artigo apresenta uma discussão clínica com exemplo ilustrativo, suas contribuições oferecem referências para compreender desafios de manejo, mas não demonstram que tais processos ocorram em todas as famílias separadas.

Ao aproximar essa discussão dos estudos empíricos, percebe-se que o psicólogo precisa considerar os responsáveis como participantes do cuidado e reconhecer que suas narrativas podem estar atravessadas pelas disputas. Por isso, é importante explicitar os objetivos do acompanhamento e os limites da atuação, preservando a atenção às necessidades infantis. Misurell e Schwartz (2024) também delimitam suas propostas ao advertir que situações de elevado risco de violência não devem ser tratadas como contextos comuns de trabalho conjunto. Essa ressalva impede que a cooperação entre os responsáveis seja proposta da mesma maneira em qualquer situação.

Os estudos de intervenção com adultos ampliam a discussão ao examinarem possibilidades de apoio aos responsáveis, embora seus resultados exijam cautela nas inferências sobre os filhos. Ordóñez-Carabaño et al. (2026) compararam modalidades presenciais e on-

line de uma intervenção psicoeducativa para pais separados ou divorciados. Foram observadas reduções na sintomatologia geral e no conflito encoberto, além de aumento do perdão. As diferenças entre modalidades favoreceram o formato presencial em alguns desfechos, sem demonstrarem superioridade em todas as dimensões examinadas. A ausência de randomização e de grupo sem intervenção limita a atribuição causal dessas mudanças ao programa.

Outrossim, o artigo apresenta divergências internas entre o texto e a figura quanto ao número de participantes, às sessões e ao acompanhamento, e informa indisponibilidade de resultados de seguimento para a comparação apresentada. Essas inconsistências reduzem a segurança de conclusões sobre a duração dos benefícios. Para esta revisão, sua contribuição permanece circunscrita à discussão de mudanças observadas nos responsáveis e à possibilidade de apoio psicoeducativo, sem pressupor melhora emocional diretamente demonstrada nas crianças (Ordóñez-Carabaño et al., 2026).

Güngör e Şanal Güngör (2026), por sua vez, investigaram um programa baseado na terapia de aceitação e compromisso com 52 pais divorciados sem guarda, distribuídos aleatoriamente entre intervenção e controle ativo. Os resultados indicaram melhora na flexibilidade psicológica e redução do estresse parental, mantidas nos acompanhamentos realizados. As entrevistas com participantes da intervenção também abordaram regulação emocional, parentalidade orientada por valores e cooperação coparental. Entretanto, os desfechos quantitativos foram avaliados nos pais, e os relatos sobre mudanças relacionais não equivalem a uma avaliação

independente do funcionamento familiar ou do bem-estar dos filhos.

Em conjunto, esses trabalhos permitem compreender o apoio aos responsáveis como uma possibilidade relevante para o cuidado, cuja contribuição precisa ser examinada conforme os resultados efetivamente investigados. A redução do estresse parental, a melhora da comunicação e a compreensão dos conflitos são objetivos relacionados, mas distintos, e seus efeitos sobre a experiência infantil não devem ser presumidos. Para a prática clínica, essa análise indica a necessidade de articular a atenção à criança às condições familiares que atravessam o atendimento. A participação dos responsáveis precisa ser considerada em relação às necessidades dos envolvidos e aos limites decorrentes de conflitos persistentes ou situações de risco.

4.3. Possibilidades e Limites do Cuidado Psicológico

As possibilidades de cuidado identificadas na literatura abrangem intervenções dirigidas aos filhos, ações com os responsáveis e abordagens das relações familiares. Essa diversidade permite reconhecer diferentes formas de apoio, mas exige atenção aos objetivos de cada proposta. Favorecer a adaptação à separação, reduzir sintomas, modificar a percepção do conflito e apoiar o exercício da parentalidade são resultados relacionados, porém distintos. A comparação entre Herrero et al. (2023), Hald, Johnsen e Øverup (2026) e Schmidt et al. (2026) evidencia que a discussão das intervenções precisa considerar tanto o que cada proposta pretende alcançar quanto a natureza das evidências que sustentam sua utilização.

A metanálise de Herrero et al. (2023), que reuniu 30 estudos e dados de 4.344 participantes, contribui para essa diferenciação. Os autores identificaram efeitos favoráveis de programas preventivos pós-divórcio sobre a adaptação ao divórcio e a autoestima, mas não encontraram efeitos estatisticamente significativos nos desfechos de saúde mental examinados. Esses resultados limitam afirmações abrangentes de que tais programas melhoram, de maneira uniforme, o funcionamento psicológico dos filhos. Ao mesmo tempo, a ausência de significância nos indicadores de saúde mental não demonstra que todas as intervenções sejam ineficazes. Os benefícios identificados se concentraram em determinados resultados e precisam ser descritos respeitando esse alcance.

Esse achado também destaca a necessidade de diferenciar prevenção e psicoterapia. Os programas examinados por Herrero et al. (2023) procuram fortalecer recursos e favorecer o enfrentamento das mudanças familiares, não sendo necessariamente equivalentes a tratamentos destinados a crianças com demandas clínicas específicas. Para esta revisão, compreende-se que uma intervenção pode contribuir para a compreensão e a adaptação à separação sem produzir mudanças demonstráveis em todos os sintomas avaliados. A pertinência de uma proposta de cuidado depende, portanto, da correspondência entre sua finalidade e a necessidade investigada, e não apenas de sua associação geral ao tema do divórcio.

Entre as modalidades de apoio avaliadas, Hald, Johnsen e Øverup (2026) investigaram a intervenção digital SES NXT em um ensaio randomizado com grupo de comparação em lista de espera. O estudo incluiu relatos de 294 participantes de 11 a 17 anos e informações de responsáveis de 467 unidades familiares. No acompanhamento de 12 semanas, os jovens do grupo de

intervenção relataram menor conflito parental percebido, com tamanhos de efeito entre 0,67 e 0,76. Também foram observadas reduções nos relatos dos responsáveis. Esses resultados oferecem evidência favorável ao programa para o desfecho e para as condições examinadas.

Entretanto, a redução do conflito percebido não equivale à demonstração de melhora global da saúde mental ou à confirmação, por observação independente, de mudanças em todas as interações familiares. A faixa etária investigada também impede estender diretamente os resultados às crianças mais novas. Além disso, o acompanhamento relativamente breve e a comparação com lista de espera não permitem estabelecer a manutenção dos benefícios em longo prazo nem a superioridade do recurso digital em relação à psicoterapia presencial. O artigo declara, ainda, interesse comercial de um dos autores na plataforma e informa medidas de separação entre esse autor e a gestão e análise dos dados, aspecto pertinente à apreciação crítica da pesquisa (Hald; Johnsen; Øverup, 2026).

A aproximação entre esses achados e os de Ridout et al. (2023) permite considerar também as preferências dos usuários em relação aos recursos de apoio. No levantamento australiano, os participantes relataram diferentes necessidades e modalidades desejadas de suporte, com preferência geral pelo aconselhamento presencial, seguido de alternativas on-line. Enquanto Hald, Johnsen e Øverup (2026) avaliaram um programa específico, Ridout et al. (2023) investigaram experiências e preferências. Os estudos se complementam ao indicar que a discussão sobre acesso e adequação das modalidades precisa considerar a perspectiva dos filhos, sem tomar a preferência por um formato como demonstração

de eficácia ou os resultados de um programa como justificativa para sua indicação universal.

No campo das propostas clínicas, Schmidt et al. (2026) apresentam abordagens lúdicas, intervenções na relação entre pais e filhos e modelos orientados ao apego, às emoções e às experiências traumáticas. O texto organiza possibilidades conforme o desenvolvimento e o contexto familiar, recorrendo à literatura e a exemplos clínicos. Sua contribuição está na discussão de recursos e formas de atendimento, mas o artigo não testa comparativamente as modalidades apresentadas. Assim, sua utilização nesta revisão sustenta a análise de possibilidades clínicas, sem permitir atribuir o mesmo grau de comprovação a todas as abordagens ou presumir que evidências obtidas em outros contextos sejam específicas da separação parental.

Essa distinção é particularmente relevante para intervenções voltadas ao trauma. A presença de uma separação na história familiar não estabelece, por si só, uma condição traumática ou a necessidade de tratamento direcionado a ela. A leitura crítica das propostas reunidas por Schmidt et al. (2026) requer considerar as experiências e manifestações efetivamente apresentadas pela criança. De maneira semelhante, o emprego de brincadeiras e recursos expressivos precisa ser compreendido em relação aos objetivos e ao referencial do atendimento, evitando tratá-los como procedimentos uniformes aplicáveis a qualquer demanda.

Lie Ken Jie, Yramategui e Huang (2025) acrescentam a possibilidade de trabalhar os sentidos atribuídos às relações familiares por meio das narrativas. A revisão discute conflitos de lealdade e percepções contraditórias, propondo reflexões sobre como essas experiências

podem ser elaboradas. Entretanto, o trabalho não constitui um ensaio de eficácia da terapia narrativa, e a heterogeneidade etária de suas fontes limita conclusões específicas sobre crianças. Sua contribuição pode ser articulada à escuta clínica ao favorecer a consideração dos diferentes significados da separação, sem converter uma proposição interpretativa em comprovação de benefício terapêutico.

O apoio aos responsáveis também integra as possibilidades de cuidado, desde que seus objetivos sejam diferenciados daqueles dirigidos diretamente à criança. As contribuições discutidas no eixo anterior indicam que a participação dos adultos pode envolver dimensões parentais e relacionais, sem substituir a escuta infantil ou justificar intervenções conjuntas independentemente das condições de segurança e das necessidades identificadas.

Os referenciais adotados permitem articular essas contribuições sem estabelecer equivalência entre as abordagens examinadas. Apego, sustentação ambiental e segurança emocional direcionam a atenção, respectivamente, à disponibilidade das figuras de cuidado, às condições do ambiente e às interações interparentais (Bowlby, 1982; Winnicott, 1965; Davies; Woitach, 2008). Nesta revisão, esses referenciais orientam a interpretação das necessidades de cuidado, sem constituírem, isoladamente, evidências de eficácia das intervenções discutidas.

O alcance da síntese também é delimitado pela heterogeneidade das fontes. Estudos com diferentes faixas etárias, relatos de adultos e filhos, programas preventivos, avaliações de intervenção e discussões clínicas respondem a perguntas distintas. Somam-se a isso as limitações dos delineamentos, as particularidades dos

contextos internacionais e a possibilidade de sobreposição de participantes entre publicações, como nos trabalhos provenientes do projeto FamC. Essas condições impedem tratar o conjunto como uma demonstração uniforme ou como base para estabelecer a superioridade de uma modalidade de cuidado.

A literatura selecionada contribui, portanto, para identificar possibilidades de cuidado cuja pertinência depende da demanda, do desenvolvimento infantil, das relações familiares e dos resultados pretendidos. O acompanhamento psicológico pode envolver a expressão e a elaboração das experiências dos filhos, o apoio aos responsáveis e a atenção às interações familiares, considerando as particularidades de cada uma dessas formas de atuação. A síntese narrativa aponta para uma prática contextualizada, na qual a escolha das intervenções se articula à compreensão da criança e à apreciação crítica das evidências, sem pressupor que a separação produza uma necessidade terapêutica única.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permite compreender que os desafios da prática clínica com crianças em contexto de separação parental envolvem a construção da demanda para além da queixa apresentada pelos responsáveis, o reconhecimento das formas de expressão infantil e a consideração das relações familiares que atravessam o atendimento. A separação, isoladamente, não constitui explicação suficiente para o sofrimento da criança nem determina uma necessidade terapêutica uniforme, tornando necessária a compreensão das condições particulares em que a reorganização familiar é vivenciada.

As possibilidades de cuidado incluem a escuta da criança, a utilização de recursos compatíveis com seu desenvolvimento e a participação dos responsáveis no acompanhamento, conforme as necessidades identificadas e as condições relacionais e de segurança. A literatura examinada indica, entretanto, que essas possibilidades possuem objetivos e alcances distintos, não sustentando a indicação de uma modalidade única de intervenção para crianças em contexto de separação parental.

A principal contribuição desta revisão consiste em articular a experiência infantil, os processos familiares e o cuidado psicológico em uma compreensão contextualizada da prática clínica. Essa articulação permite reconhecer a criança como sujeito do cuidado e considerar a participação dos responsáveis sem reduzir o atendimento às expectativas ou às disputas dos adultos. Os referenciais de apego, ambiente e segurança emocional contribuíram para essa interpretação ao direcionarem a atenção aos vínculos de cuidado, às condições de sustentação emocional e às interações familiares, sem estabelecer uma explicação única para as experiências infantis.

O alcance dessas conclusões é limitado pelo caráter seletivo e não exaustivo da revisão narrativa, pelos recortes adotados no levantamento bibliográfico e pela diversidade de delineamentos, faixas etárias e contextos das publicações analisadas. A presença de estudos com adolescentes, jovens adultos e responsáveis restringe inferências específicas sobre a infância, enquanto a heterogeneidade das intervenções e as limitações de seus acompanhamentos impedem estabelecer a superioridade de uma abordagem ou generalizar a duração dos benefícios identificados.

Essas limitações apontam para a necessidade de pesquisas que investiguem diretamente as experiências das crianças, diferenciem os resultados conforme as etapas do desenvolvimento e acompanhem os efeitos das intervenções por períodos mais longos. Estudos realizados em contextos brasileiros também podem ampliar a compreensão das condições locais de atendimento e das diferentes configurações familiares. Para a prática psicológica, a síntese realizada reforça a importância de um cuidado orientado pela escuta infantil, pela compreensão das relações familiares e pela análise das necessidades de cada situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAETHGE, Christopher; GOLDBECK-WOOD, Sandra; MERTENS, Stephan. SANRA—a scale for the quality assessment of narrative review articles. *Research Integrity and Peer Review*, v. 4, art. 5, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s41073-019-0064-8. Acesso em: 27 set. 2026.

BOWLBY, John. *Attachment and loss: volume I: attachment*. 2. ed. New York: Basic Books, 1982.

DAVIES, Patrick T.; WOITACH, Meredith J. Children's emotional security in the interparental relationship. *Current Directions in Psychological Science*, v. 17, n. 4, p. 269–274, 2008.

GÜNGÖR, Ali; ŞANAL GÜNGÖR, Beyza. Effects of an ACT-Based Psychoeducational Program on Psychological Flexibility and Parenting Stress among Divorced Noncustodial Fathers: A Mixed-Methods Study. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, p. 1–14, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1177/10664807261421566. Acesso em: 23 set. 2026.

HALD, Gert Martin; JOHNSEN, Daniel Bach; ØVERUP, Camilla S. Reducing postdivorce conflict through a child-oriented digital intervention: a randomized controlled trial of SES NXT. *Journal of Family Psychology*, v. 40, n. 5, p. 651–662, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1037/fam0001449. Acesso em: 22 set. 2026.

HERRERO, Marta; ROCA, Patricia; CORMENZANA, Susana; MARTÍNEZ-PAMPLIEGA, Ana. The efficacy of postdivorce intervention programs for children: a meta-analytical review. *Family Process*, v. 62, n. 1, p. 74–93, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1111/famp.12807. Acesso em: 22 set. 2026.

LIE KEN JIE, Christopher; YRAMATEGUI, Joanne Jessen; HUANG, Richard. Children and divorce: a rapid review targeting cognitive dissonance, in the context of narrative therapy. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, v. 30, n. 2, p. 465–478, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13591045251314908. Acesso em: 23 set. 2026.

MISURELL, Justin R.; SCHWARTZ, Jocelyn B. Therapeutic interventions for high-conflict separated parents families: a road map for early-career therapists. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, v. 32, n. 4, p. 510–521, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1177/10664807241264808. Acesso em: 23 set. 2026.

MORBECH, Maria; SELLERS, Ruth; GUSTAVSON, Kristin; HOLT, Tonje. Interparental conflict and children's depressive and anxiety symptoms in four residence arrangements. *Family Transitions*, v. 65, n. 5, p. 355–380, 2024. Disponível em:

https://doi.org/10.1080/28375300.2024.2382991. Acesso em: 23 set. 2026.

ORDÓÑEZ-CARABAÑO, Ángela; MARTÍNEZ-DÍAZ, Pilar; ROLDÁN FRANCO, Mª. Angustias; CAGIGAL DE GREGORIO, Virginia. Effectiveness of in-person versus online psychoeducational interventions with divorced/separated parents: a comparative analysis. *Family Process*, v. 65, e70138, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1111/famp.70138. Acesso em: 23 set. 2026.

RICHTER, Esther; ARANYI, Gabor; EDRAKI, Sara; FIEGL, Jutta; HUMER, Elke. Patterns of clinical consultations in a child and adolescent psychotherapeutic clinic: insights from a large-scale analysis covering over a decade (2011–2023). *Adolescents*, v. 6, art. 33, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.3390/adolescents6020033. Acesso em: 23 set. 2026.

RIDOUT, Brad; FLETCHER, Jennifer; SMITH-MERRY, Jennifer; COLLYER, Brian; DALGLEISH, John; CAMPBELL, Andrew. A national survey of children's experiences of parental separation and support needs in Australia. *Youth & Society*, v. 55, n. 3, p. 494–523, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0044118X211061. Acesso em: 23 set. 2026.

SCHMIDT, Christopher D.; MISURELL, Justin R.; FEDER, Michael A.; PEFFER, Avery; GRIGG, Jenai. Helping children heal: counseling interventions for divorce-related family disruption. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, v. 34, n. 1, p. 170–180, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1177/10664807251360788. Acesso em: 23 set. 2026.

SUKHERA, Javeed. Narrative reviews: flexible, rigorous, and practical. *Journal of Graduate Medical Education*, v. 14, n. 4, p. 414–417, 2022. Disponível em: http://doi.org/10.4300/JGME-D-22-00480.1. Acesso em: 27 set. 2026.

TVEIT, Olav Bertin; RØYSAMB, Espen; GUSTAVSON, Kristin. Consulting children when parents divorce: longitudinal associations with mental health and parent–child relationship outcomes. *Family Transitions*, v. 66, n. 7, p. 455–478, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1080/28375300.2025.2527996. Acesso em: 23 set. 2026.

WEBER, Andréia Sorensen; MACHADO, Mônica Sperb; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e221957, p. 1–17, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957. Acesso em: 23 set. 2026.

WINNICOTT, Donald W. *The maturational processes and the facilitating environment: studies in the theory of emotional development*. London: The Hogarth Press; The Institute of Psycho-Analysis, 1965.

---

[1] Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO – Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO – Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Professor orientador do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO – Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-

mail.